

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A Central Nuclear de Almaraz irá acolher um novo armazém de resíduos radioativos que será 5 vezes maior que o atual, de acordo com notícias recentes, de 28 de julho de 2021 (Fonte: <https://www.hoy.es/extremadura/almaraz-almacen-residuos-20210728000438-ntvo.html#>).

O prolongamento da vida útil da Central Nuclear de Almaraz tem vindo a ocorrer por via da instalação de unidades de Armazém Temporário Individual (ATI) que recebem elementos de combustível irradiado e que são utilizados na produção de eletricidade. Para 2026 está previsto o alargamento destas estruturas o que representará um novo prolongamento do funcionamento e riscos acrescidos em relação a uma central que já deveria ter encerrado.

Importa recordar que a Central Nuclear de Almaraz (CNA) iniciou operação em 1981, é refrigerada pelo rio Tejo e deveria ter sido encerrada há 10 anos, em 2010.

Em 2011, já o PSD alertava para os seus perigos e questionava o Governo sobre o prolongamento do seu funcionamento além desta data e sobre o conhecimento que Portugal teria, ou não, sobre os riscos para o País, considerando os cerca de 100 km que distam entre a central e o território nacional.

No início de 2016, o PSD requereu a introdução na cimeira Luso-Espanhola de 2016 de um ponto sobre o estado ambiental do rio Tejo, bem como a criação de comissão interparlamentar Luso-Espanhola para tratar particularmente da questão de Almaraz.

Também em abril do mesmo ano, a Assembleia da República aprovou, por unanimidade, a Resolução n.º 107/2016, que “Recomenda ao Governo para que intervenha junto do Governo Espanhol e das instituições europeias no sentido de proceder ao encerramento da Central Nuclear de Almaraz” e que, em maio do mesmo ano e em audição na comissão de ambiente, o Governo reconheceu como orientação da sua atuação.

Apesar de ter alertado anteriormente – nesse mesmo ano – para falhas na central de Almaraz no sistema de arrefecimento da central, o Conselho de Segurança Nuclear (CNS) espanhol deu um parecer positivo à construção do Armazém Temporário Individual (ATI), um armazém de resíduos nucleares que indiciava que a Central de Almaraz poderia continuar ativa além do previsto.

Quando, no final de 2016, Espanha autorizou a construção do ATI sem qualquer avaliação dos impactos transfronteiriços, e após reunião infrutífera com os homólogos espanhóis, o Ministro

João Pedro Matos Fernandes apresentou queixa em Bruxelas, queixa esta que veio a retirar, apesar do manifesto descontentamento da Junta da Estremadura que emitiu parecer desfavorável para a DIA do ATI, por equacionar que possibilitava o prolongamento do funcionamento da CNA após 2020 e por este colocar em causa a aposta nas energias verdes e a transição ordenada para fontes limpas, bem como o calendário de encerramento das centrais nucleares.

Em abril de 2017 e através de várias iniciativas, o PSD reforçava a necessidade para que o tema do encerramento da CNA fosse incluído na agenda da Cimeira Ibérica afirmando que esta seria "a última oportunidade que concedemos ao Governo para mostrar ao país que está do lado dos portugueses e não do lado dos interesses das empresas de energia espanholas".

Passados dois anos, em março de 2019, quando as três empresas elétricas espanholas chegaram a acordo para o prolongamento da atividade da central nuclear, o PSD voltou a insistir sobre a necessidade de ação do Ministério do Ambiente sobre a situação de Almaraz, afirmando que o Ministro Matos Fernandes, ao longo do tempo, e nas diversas audições que decorreram no Parlamento, não mostrou particular preocupação com a situação, como se a mesma não tivesse potencialidade de afetar o nosso país.

Ao longo do tempo os alertas têm sido muitos, do PSD e de outros partidos políticos, de movimentos civis e organizações ambientalistas que afirmaram que "a probabilidade de um acidente grave, quer contaminando o Tejo quer podendo contaminar a atmosfera da região em volta, será acrescida com uma fadiga de material para além dos 40 anos [de funcionamento], o que já era exagerado".

Em maio de 2020, a um mês do encerramento previsto da CNA, o CNS veio anunciar, em comunicado que "O plenário do CSN acordou informar favoravelmente a solicitação da renovação da autorização de exploração da central nuclear de Almaraz (Cáceres), cuja vigência terminava em junho. Concretamente, permite o funcionamento da unidade I até 01 de novembro de 2027 e a unidade II até 31 de outubro de 2028, que iniciaram o seu funcionamento em 1981 e 1983, respetivamente".

Face a este anúncio, o Ministro do Ambiente e da Ação Climática reagiu dizendo, em declarações aos jornalistas, que "Espanha fez aquilo que estava previsto" esclarecendo que o plano nacional de energia e clima de Espanha determina que "as centrais nucleares irão encerrar entre 2025 e 2035" e que "Almaraz será uma das primeiras a fechar tal como estava previsto no plano. Espanha fez aquilo com que se comprometeu com Portugal, consigo própria e com a União Europeia, que é encerrar a central até 2028".

Face aos novos elementos que evidenciam o prolongamento do funcionamento da Central Nuclear de Almaraz e a instalação de maior capacidade de armazenamento de resíduos perigosos, importa perceber que informações tem o governo português e que diligências irão ser tomadas para assegurar os interesses nacionais.

Face ao exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo-assinados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vêm perguntar ao Senhor Ministro do Ambiente e Ação Climática, através de V. Exa., o seguinte:

- 1 – Qual o ponto de situação em relação ao horizonte temporal para o encerramento da Central Nuclear de Almaraz e o que representa em termos de prolongamento da sua vida útil a expansão dos Armazém Temporário Individual (ATI)?
2. Que respostas foram dadas pelo Governo espanhol às iniciativas e recomendações anteriormente apresentadas pelo Governo português relativamente à construção destas unidades?
- 3 – Foi Portugal ouvido neste ou nos processos de expansão anteriores?
- 4 – Como irá Portugal acautelar os riscos acrescidos do prolongamento da Central Nuclear?

Palácio de São Bento, 29 de julho de 2021

Deputado(a)s

LUÍS LEITE RAMOS(PSD)

BRUNO COIMBRA(PSD)

HUGO MARTINS DE CARVALHO(PSD)

HUGO PATRÍCIO OLIVEIRA(PSD)

CLÁUDIA ANDRÉ(PSD)

ISAURA MORAIS(PSD)

JOÃO MOURA(PSD)

DUARTE MARQUES(PSD)

PAULO LEITÃO(PSD)

NUNO MIGUEL CARVALHO(PSD)

RUI CRISTINA(PSD)

ANTÓNIO MALÓ DE ABREU(PSD)

ANTÓNIO LIMA COSTA(PSD)

EMÍDIO GUERREIRO(PSD)

FILIPA ROSETA(PSD)

JOÃO GOMES MARQUES(PSD)

JOSÉ SILVANO(PSD)

PEDRO PINTO(PSD)